



VI - DIÁLOGO SOCIAL E CIDADANIA



VI – DIÁLOGO SOCIAL E CIDADANIA

1. Informação ao Cidadão

No ano de 2013, as ações desenvolvidas visaram garantir ao cidadão o acesso à informação. O Poder Executivo Federal ampliou e aperfeiçoou canais de informação e de prestação de contas à sociedade sobre políticas, planos, programas, ações e projetos governamentais, nos termos do § 1º do art. 37 da Constituição Federal.

Diferentes ferramentas e canais de comunicação – tais como imprensa, publicidade, patrocínios, eventos e comunicação digital – foram utilizados para levar informações sobre direitos e orientação destinadas a estimular o cidadão a buscar os benefícios sociais oferecidos pelas políticas públicas, especialmente voltadas para a erradicação da extrema pobreza e geração de oportunidades para todos.

Atualmente 9.963 veículos de comunicação constam do cadastro de veículos do Governo Federal. O cadastro em ambiente digital, a partir do segundo semestre de 2013, confere mais agilidade e transparência no cadastramento, uma vez que os próprios veículos podem consultar e atualizar seu cadastro. Além disso, como medida de ampliação do potencial de cobertura das ações de comunicação, foram incluídas emissoras de rádio dos Municípios com mais de cinco mil habitantes. Aprimoramentos também foram implementados para o cadastramento, garantindo padronização das informações cadastrais e negociais.

Em 2013, foram realizadas 86 ações de publicidade institucional e de utilidade pública. Dentre as campanhas de utilidade pública, destacam-se as de *Proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes*, da *Comissão Nacional da Verdade*, da *Juventude Viva* e da *Mulher – Mulher, Viver sem Violência* – que buscou promover mudança de comportamento e atitude, evidenciando canais de atendimento/denúncia e serviços especializados para enfrentamento à violência contra as mulheres. Ainda em 2013, as campanhas de utilidade pública abordaram temas como trânsito e acesso ao ensino superior.

No âmbito das campanhas institucionais, os destaques foram: *Redução do Custo da Energia Elétrica*, *Copa do Mundo FIFA 2014*, *Mais Médicos para o Brasil*, *Medidas para Enfrentamento da Seca no Semiárido* e a campanha que divulgou informações regionais sobre ações, programas, obras e medidas do Governo Federal, reafirmando o compromisso de promoção de um país mais competitivo, inclusivo e com amplas oportunidades para todos.

As propostas de patrocínio realizadas pelas empresas estatais cada vez mais têm se alinhado às políticas públicas e diretrizes do Governo Federal contemplando a promoção e defesa dos direitos das minorias, a geração de trabalho e renda, o desenvolvimento ambiental, produtivo e econômico, o incentivo ao esporte, a infraestrutura e a preservação, promoção e acesso à cultura. Destaque para os investimentos na área de Esporte (33%), com projetos como Judô Brasil 2016, Projeto Atletismo do Brasil – 2013 a 2016, patrocínio à Confederação Brasileira de Ginástica (CBG) e Basquete Brasileiro Ciclo Olímpico, alinhados ao Plano Brasil Medalhas.

Os eventos institucionais contribuíram para a disseminação das informações de Governo e das diretrizes de comunicação, com destaque para: i) expansão do Plano Brasil Sem Miséria; ii) 10 Anos do Bolsa Família; iii) Programa Mais Médicos; iv) comemoração de um milhão de Financiamentos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies); v) lançamento do Programa Minha Casa Melhor; vi) dois anos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec);





vii) sanção do Projeto de Lei de distribuição dos *royalties* do petróleo para Educação e Saúde; viii) 10 Anos do Programa Luz Para Todos; e ix) o evento cívico de 7 de Setembro de 2013.

Em 2013, foram contratadas duas empresas especializadas em pesquisas de opinião pública com o objetivo de avaliar a percepção da população quanto aos programas e ações governamentais e subsidiar as ações de comunicação do Governo Federal. Foram realizadas 34 pesquisas, abrangendo temas variados e de interesse da sociedade, tais como: avaliação de Governo, serviços e políticas públicas disponibilizadas à população, avaliação da conjuntura econômica e social, manifestações públicas, Copa do Mundo FIFA 2014, desigualdade econômica e hábitos de consumo de mídia.

A interatividade da Presidenta da República com a população brasileira marcou também o ano de 2013. Além das já consagradas ferramentas de comunicação – o rádio, no programa *Café com a Presidenta* e a coluna *Conversa com a Presidenta*, canal de comunicação pelo qual são respondidas perguntas de leitores de jornais de todas as regiões do País, destacam-se as entrevistas às rádios locais de todas as regiões do Brasil e a reativação do perfil da Presidenta no *Twitter*, o @dilmabr aproximando a Presidenta da República das demandas da sociedade.

A Presidenta da República, em 2013, concedeu 60 entrevistas para 52 diferentes emissoras de rádio de 32 cidades, em 12 Estados, que tiveram oportunidade de tratar junto à Chefe do Poder Executivo Federal sobre assuntos de interesse local. Seu perfil na rede social contava com mais de dois milhões de seguidores. Foram ainda veiculadas 53 edições da coluna *Conversa com a Presidenta* e 53 edições do programa *Café com a Presidenta*, com 54 programas, incluindo um regional.

A interação da sociedade com o Governo também se estendeu aos ministérios, com a realização de 42 programas de rádio *Bom Dia Ministro* e de dez edições do *Programa Brasil em Pauta*. Ainda em relação à imprensa, somam-se mais de 26 mil jornalistas que recebem, diariamente, informações referentes às ações do Governo, por meio do informativo *Notícias do Dia* – em 2013, com 325 edições e 1.066 notas.

No ano de 2013, prosseguiu-se com o projeto de divulgação do Brasil no exterior com a celebração de acordos entre o Governo brasileiro e os estrangeiros, que envolvem temas como comércio e economia, saúde, educação, tecnologia, desenvolvimento agrário, guerra cibernética e acordos de cooperação, com destaque para a renegociação de dívidas externas de 12 países africanos. A Presidenta aproximou-se ainda mais da imprensa estrangeira quando das visitas internacionais, concedendo entrevistas coletivas no Chile, Nigéria, Itália, África do Sul, Venezuela, Etiópia, Portugal, Uruguai, Paraguai, Suriname, Rússia e Estados Unidos.

Para além dos temas econômicos, foram de particular interesse da mídia internacional em 2013: i) a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e a preparação para a Copa do Mundo FIFA 2014; ii) a Celebração dos dez anos de lançamento do Programa Bolsa Família e seus resultados em termos de redução da pobreza; iii) o lançamento do Programa Mais Médicos; iv) a Realização da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, tema no qual o Brasil é liderança reconhecida internacionalmente; e v) a 19ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro da Organização das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-19).

No decorrer de 2013, foram contabilizadas aproximadamente 15 mil matérias publicadas sobre o Brasil em diversos veículos internacionais como *The New York Times*, *The Washington Post*, *Clarín*, *El Mercurio*, *The Guardian*, *Le Monde*, *El País*, *The Asahi Shimbun*, *China Daily*, *Reuters*, *Associated Press*, *AFP*, entre outros. Além disso, visando maior interação com o público internacional presente nas redes sociais, foram publicados, em 2013, 1.582 *posts* na conta institucional do *Facebook* e do *Twitter* da





Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) Internacional (*BrazilGovNews*). As políticas públicas do Governo tiveram ampla divulgação junto a públicos estratégicos no exterior mediante diferentes atividades: 11 teleconferências com porta-vozes do Governo Federal, 12 encontros com correspondentes da imprensa internacional, 14 participações em eventos internacionais, duas viagens de familiarização de jornalistas estrangeiros e 23 treinamentos de porta-vozes.

O relacionamento com a imprensa é baseado no constante aperfeiçoamento da transparência ativa e na igualdade de acesso às informações de natureza pública, observadas as especificidades de cada veículo. O trabalho iniciado em 2012, na busca de maior celeridade na divulgação espontânea de informações de interesse da sociedade, sobretudo por meio da Internet, incluídas as mídias sociais, fez aumentar o acesso às ferramentas sociais em 2013. Por meio da conta de *Twitter* @imprensa/PR, as ações e políticas de Governo são divulgadas para mais de 140 mil seguidores. O Blog do Planalto, voltado a outros públicos da sociedade, teve 1,2 milhão de acessos aos 1.224 *posts* publicados, incluídos 468 vídeos, com 2,6 milhões de visualizações, e seu perfil no *Twitter* @blogplanalto superou 213 mil seguidores.

O Portal Brasil aumentou em 117,7% o número de visitas, passando de 12,7 milhões em 2012 para mais de 26 milhões em 2013. No ano, foram publicadas 10.104 notícias. O perfil do Portal Brasil no *Twitter* chegou a 221.617 seguidores e o *Facebook*, lançado em setembro de 2013, alcançou mais de 90 mil seguidores.

Lançado em setembro de 2013, o novo Portal Brasil tem como objetivo ser a principal fonte de informação pública na Internet, porque agrega, em tempo real, todas as notícias divulgadas pelas assessorias de comunicação dos ministérios. Conta, ainda, com conteúdos da TV NBR, com destaque para as transmissões ao vivo. Estreando uma página no *Facebook*, o novo Portal Brasil pretende ser a porta de entrada da relação do cidadão com o Governo Federal, reunindo num único local informação, serviço, prestação de contas e participação social. Por meio do Portal Brasil, o cidadão poderá enviar perguntas, sugestões ou críticas que serão respondidas pela assessoria da Presidência da República.

Outra realização importante foi a criação da identidade digital de Governo com a definição de um padrão visual e de navegabilidade para os sítios e portais. O Portal Brasil, o Portal Planalto e o *site* Secom adotaram esses padrões, fazendo com que o cidadão tenha uma experiência comum ao acessar esses *sites*, além de serem responsivos, ou seja, eles se adaptam aos formatos de tela de *smartphones* e *tablets*.

O ano de 2013 foi marcado pela continuidade da reorganização interna da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) com prioridade na diversificação e ampliação das receitas, racionalização dos custos, busca da qualidade técnica e operacional, evolução da audiência e qualificação profissional do quadro de empregados.

Em 2013, a EBC levou a comunicação pública por meio de suas emissoras de rádio e televisão aberta a 3.580 Municípios e houve expansão da Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisão, ampliando seu alcance para 52 geradoras, 727 retransmissoras de TV aberta terrestres.

A programação da TV Brasil foi também disponibilizada para 15 milhões de assinantes de TV a cabo e para aproximadamente 20 milhões de domicílios que recebem o sinal por antena parabólica. A TV Brasil Internacional exibiu conteúdos para 65 países de quatro continentes, atendendo à demanda de informação dos brasileiros que residem no exterior e de países de língua portuguesa.





As pesquisas de audiência realizadas em seis das principais capitais brasileiras, em 2013, incluídas as suas regiões metropolitanas em quatro regiões do País, indicaram que cerca de 2,5 milhões de pessoas nessas localidades assistiram diariamente à programação da TV Brasil, via televisão aberta. A programação direcionada ao público infantil diariamente é assistida por aproximadamente 1,2 milhão de telespectadores.

A TV Brasil passou a oferecer legendagem oculta em 99,2% da sua programação, atendendo às necessidades de pessoas com deficiência auditiva, além de cinco horas e meia semanais, em média, de audiodescrição, superando a previsão legal de quatro horas semanais, recurso direcionado às pessoas com deficiência visual.

A Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 foi o grande destaque da Rede de Rádios. Por ocasião de sua realização, foi executado o projeto-piloto de Centro Aberto de Mídia (CAM), instalado no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro/RJ, em seus 21 dias de funcionamento foram realizadas diversas atividades, a exemplo de coletivas e *briefings* de imprensa, das quais participaram autoridades governamentais e jornalistas da imprensa nacional e internacional. O projeto propiciou também a visita de correspondentes da imprensa internacional por meio de *press tour* a projetos sociais em curso no Rio de Janeiro/RJ, além de conhecimento sobre o patrulhamento da costa brasileira em grandes eventos, realizado pela Marinha do Brasil.

A programação realizada no CAM repercutiu na imprensa internacional, produzindo 417 matérias, das quais 61 foram reportagens originais em agências de atuação internacional, e 337 reproduções dessas reportagens em outros veículos da imprensa estrangeira. No Brasil, foram 60 notícias diretamente relacionadas às atividades do Centro, envolvendo 41 veículos da mídia impressa, portais de notícias e *sites*, cujo público somado foi estimado em 3,6 milhões de leitores.

Dois grandes eventos internacionais foram realizados no ano de 2013, o Colóquio Internacional de Ouvidorias de Comunicação Pública e o IV Fórum Internacional de Mídias Públicas da América Latina, que contou com a participação de representantes de países das Américas e da Europa.

Destaca-se também o Projeto Brasil 4D, que tem o objetivo de promover o desenvolvimento com democracia e diversidade por meio das tecnologias digitais. Foi realizado em 2013 o primeiro teste com 100 famílias beneficiárias do Plano Brasil Sem Miséria residentes em João Pessoa (PB), propiciando o uso da televisão digital para realizar interação das famílias selecionadas com as informações e serviços públicos disponibilizados por meio da TV. Os resultados apontaram benefícios como a facilidade no uso da televisão como ferramenta de acesso, assim como a redução de tempo e despesas com deslocamentos para obtenção de informações e acesso aos serviços públicos que faziam parte dos testes. Para 2014, estão previstos dois novos testes em grandes capitais brasileiras para consolidar a tecnologia como instrumento de inclusão.

O planejamento para o ano de 2014 priorizará os eventos jornalísticos de repercussão internacional, como a cobertura da Copa do Mundo FIFA 2014 e das eleições no Brasil, e a realização do *Public Broadcasting International* (PBI) no Rio de Janeiro/RJ, que contará com a participação de altos representantes de emissoras públicas de televisão de todo o mundo.

Em continuidade ao projeto de digitalização do sistema brasileiro de transmissão de televisão, em 2014, será transferida do Rio de Janeiro/RJ para Brasília/DF a central de transmissão técnica de televisão da EBC, inaugurando a emissão do sinal digital em sua totalidade pela TV Brasil. Como forma de enriquecer ainda mais a programação infantil da TV Brasil, que já é referência, em 2014 serão lançados novos programas com foco na valorização da diversidade cultural regional e também na ecossustentabilidade.





A partir dos subsídios colhidos na experiência-piloto do CAM, será realizada ação semelhante por ocasião da Copa do Mundo FIFA 2014, abarcando todo o período de realização do mundial. Para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, estão previstas elaboração de plano estratégico e plano de ação, cuja execução terá início em 2014, estendendo o calendário de atividades até o ano de realização do evento.

2. Democracia e Diálogo

No mês de junho de 2013, o Brasil passou por grandes mobilizações. É possível que elas traduzam o processo de mudança que ocorre no Brasil nos últimos dez anos, que combinou ampliação de liberdades democráticas e inclusão social com crescimento econômico e geração massiva de empregos. As manifestações mostram que o País vive um momento de reposicionamento da sociedade, que exige não apenas passe livre, melhores serviços públicos e mais transparência, mas, sobretudo, mais participação no processo decisório. Mostram que o desejo não se limita à continuidade das mudanças, mas reclamam sua ampliação e agilização. Esse é o recado das ruas – e o Governo Federal está preparado não apenas para ouvir, mas também para dialogar, bem como vem trabalhando para ampliar os direitos sociais.

Nesse contexto, o Governo Federal trouxe propostas concretas e disposição para implementar políticas que dizem respeito à responsabilidade fiscal, à reforma política, à melhoria da saúde, do transporte público e da educação. O Congresso Nacional votou propostas importantes, que transformam a corrupção em crime hediondo; que garantem os *royalties* do petróleo e o fundo social do Pré-sal para educação e saúde; o Programa Mais Médicos e a manutenção do poder de investigação do Ministério Público. Há a proposta de transformar o transporte público em direito social garantido pela Constituição e surgem, no âmbito estadual e municipal, iniciativas para garantir o passe livre estudantil.

O Governo está consciente da importância do atual momento histórico e dos impasses colocados ao País. Para resolvê-los, entende que o diálogo com todos os segmentos da sociedade é o caminho para melhorar as condições de vida do povo brasileiro.

O ano de 2013 apresentou importantes avanços no aprimoramento do diálogo entre Governo e sociedade civil, com reforço do princípio da participação social como forma de consolidação da democracia e afirmação da cidadania. O Governo Federal aprimorou os processos de interação do Estado com a sociedade civil e criou as condições institucionais para a prática da democracia participativa. A crescente participação social nas decisões governamentais vem contribuindo para dar maior legitimidade às políticas públicas, ao incorporar as diferentes realidades socioeconômicas, culturais e regionais que caracterizam a população e o território brasileiros.

Em 2013, foram efetivadas novas formas de articulação e mobilização políticas, unindo redes e ruas, com avanços na proposição de metodologias e plataformas de participação digital *on-line*, abrindo o precedente para disponibilização de consultas públicas e trilhas de participação social para construção colaborativa de políticas públicas com a sociedade. A pauta da soberania digital envolvendo esses processos também foi de grande relevância, potencializada pelo discurso da Presidenta da República na Organização das Nações Unidas (ONU) e pela determinação de uso de *softwares* livres e auditáveis pela administração pública federal (APF).

A adoção de estratégias de participação social no Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal teve avanços importantes no ano, a partir de processo inédito de discussão virtual do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2014. Composto por cerca de 100 representantes de conselhos nacionais e entidades da sociedade civil, o grupo virtual apresentou propostas





que foram processadas no âmbito do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop). Também foi integrado a esse processo, na forma de emendas da sociedade civil, o conjunto de propostas desenvolvido em 2011 e 2012 pelo grupo de trabalho criado para discussão do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, no que foi considerado matéria da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), inaugurando a apresentação ao Congresso Nacional de um PLDO com dispositivos propostos pela sociedade civil.

Aprofundando a participação da sociedade no processo de construção orçamentária, foi realizado debate virtual para apresentação de propostas quantitativas a respeito das ações que compuseram o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2014. Além disso, em julho de 2013, foi realizada audiência pública: *Diálogos Governo Sociedade sobre o Orçamento Federal* antes do envio ao Congresso Nacional do PLOA 2014.

Durante o IV Fórum Interconselhos, realizado em setembro de 2013, foi divulgado o *Relatório de Monitoramento das Agendas Transversais do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015*, reunindo resultados do conjunto dos compromissos de Governo Federal relativos a temas de natureza transversal e multissetorial, tais como juventude, mulheres, igualdade racial, população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), população de rua, criança e adolescente, idosos, pessoas com deficiência e povos indígenas. O evento contou com a participação de 200 representantes de conselhos nacionais e movimentos sociais. O IV Fórum Interconselhos inaugurou as ações do monitoramento participativo e da participação social na gestão do PPA 2012-2015, que prosseguiram com a análise das agendas no âmbito dos Conselhos Nacionais. A perspectiva para 2014 é aprofundar essa participação, com a manifestação da sociedade sobre a execução das ações governamentais e com a preparação do processo participativo a ser adotado na elaboração do PPA 2016-2019.

Também como resultado de processo de construção coletiva, foi lançado em 17 de outubro de 2013, durante a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Brasil Agroecológico). O Plano foi elaborado por membros da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo) e da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) – que conta com representantes do Governo e da sociedade.

Outro importante avanço foi a consolidação e ampliação dos Planos de Mobilização e Participação Social, que viabilizaram a participação da sociedade na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas, programas e iniciativas prioritárias do Governo. Dentre as ações desenvolvidas estão a terceira e quarta edição do evento *Diálogos Governo – Sociedade Civil: Brasil Sem Miséria*, tendo como pauta os resultados do plano de superação da extrema pobreza e os desafios e perspectivas até 2014, além do compartilhamento das experiências adquiridas nos dois anos de atividades do referido Plano. Os diálogos continuarão em 2014 como canal periódico de discussão entre a sociedade civil e o Governo Federal sobre o tema.

Também em 2013 foi realizado o evento *Diálogos Governo – Sociedade Civil: Mais Médicos*, com o objetivo de aprofundar a interlocução com os movimentos sociais e organizações da sociedade civil sobre os desafios do Programa, aprimorar sua implantação e ampliar o engajamento por meio da participação social. Transmitido ao vivo pela Internet, o evento contou com a presença de 50 representantes de movimentos sociais urbanos e do campo, ONGs, conselhos, centrais sindicais, comunidades religiosas e entidades de usuários da saúde.

O encontro *Diálogos Governo Sociedade Civil: Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership – OGP)*, realizado em março de 2013, teve como objetivo a elaboração do 2º Plano de Ação Brasileiro sobre Governo Aberto, iniciado





com o Diálogo Virtual promovido sobre os temas da OGP. No final desse ano, foi lançado o Portal OGP Brasil, no qual podem ser encontradas informações específicas sobre a atuação do País na OGP, ofertando à população possibilidades de acompanhamento da implantação do Plano. Em 2014, nova metodologia participativa será adotada para a formulação do 3º Plano de Ação do Governo.

O Programa de Formação de Conselheiros Nacionais, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), teve continuidade com a abertura de mais uma turma do curso de pós-graduação *lato sensu* de Especialização em Democracia, República e Movimentos Sociais, com oferta de 150 vagas para todo o País. Ainda no âmbito desse Programa, foram oferecidas 225 vagas para os cursos de aperfeiçoamento em movimentos sociais, ONGs, terceiro setor e participação social, que abrangeram aspectos teórico-conceituais e trajetória no Brasil contemporâneo, educação popular e a comunicação para a mobilização social.

Em 2013, de 10 a 13 de dezembro, foi realizado o Fórum Mundial de Direitos Humanos (FMDH), iniciativa construída de forma colaborativa, por meio de um amplo processo de mobilização de redes e movimentos de direitos humanos, do qual fizeram parte mais de 700 instituições públicas e da sociedade civil, nacionais e internacionais. O Fórum foi precedido por diversas atividades de mobilização, organizadas em parceria com instituições nacionais e internacionais, em todas as regiões do Brasil e em países como Argentina e Venezuela. E sua realização contou com cerca de dez mil participantes.

Ao longo de 2013, teve seguimento a realização das auditorias participativas, a fim de identificar os impactos sociais causados pelas obras da Copa do Mundo FIFA 2014, com vistas a contribuir para a preservação de direitos humanos e sociais das pessoas afetadas pelas adequações que vêm sendo realizadas para o evento. Para 2014, está prevista a consolidação dos relatórios, assim como a realização de monitoramento dos resultados obtidos inclusive com a realização da Mesa de Diálogo Estado e sociedade civil a respeito dos principais temas de políticas públicas sobre a Copa do Mundo FIFA 2014.

A fim de institucionalizar essas instâncias e mecanismos de participação social, foi colocada em consulta pública minuta de decreto que institui a Política Nacional de Participação Social e está em construção o portal www.participa.br.

a) Conferências Nacionais, Mesas de Diálogo e Outros Diálogos com a Sociedade

Em 2013, foram realizadas dez conferências nacionais, sendo que algumas foram precedidas por etapas virtuais, municipais, estaduais e regionais. Para 2014, estão previstas dez conferências nacionais, das quais três possuem data estabelecida.





CONFERÊNCIAS REALIZADAS EM 2013	DATAS/ LOCAIS	TEMA CENTRAL
1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional	Etapa nacional: 18 a 22 de março, em Brasília/DF	<i>Desenvolvimento regional para a integração nacional.</i> Promoção de debate nacional para subsidiar a definição de princípios e diretrizes para reformulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).
2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	Etapa nacional: 14 a 17 de outubro, em Brasília/DF	<i>Brasil rural com gente, do jeito que a gente quer.</i> Construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), materializando concepções, princípios e diretrizes estratégicos da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR), e com indicação de metas de curto, médio e longo prazos. Durante a sua preparação, um dos destaques foi a realização da I Conferência Setorial de Povos e Comunidades Tradicionais.
4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente	Etapa nacional: 24 a 27 de outubro, em Brasília/DF	<i>Vamos cuidar do Brasil.</i> Divulgar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e consolidar a articulação institucional envolvendo a União, Estados e Municípios, o setor produtivo e a sociedade civil na busca de soluções para os problemas causados pela gestão inadequada dos resíduos, que compromete a qualidade de vida dos brasileiros.
3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial	Etapa nacional: 5 a 7 de novembro, em Brasília/DF	<i>Democracia e desenvolvimento sem racismo: por um Brasil afirmativo.</i> Mobilizou cerca de 15 mil pessoas em mais de 500 Municípios, distribuídos em 25 Estados, além do Distrito Federal.
5ª Conferência Nacional das Cidades	Etapa nacional: 20 a 24 de novembro, em Brasília/DF	<i>Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já!</i> Proposta de consolidação da Reforma Urbana por meio da instituição do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU).
4ª Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente	Etapa nacional: 25 a 29 de novembro, em Brasília/DF	<i>Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis.</i>
3ª Conferência Nacional de Cultura	Etapa nacional: 27 de novembro a 1º de dezembro, em Brasília/DF	<i>Uma política de Estado para a Cultura: desafios do Sistema Nacional de Cultura.</i> Contou com a participação de mais de 1.745 pessoas entre delegados e observadores e promoveu discussões sobre a evolução e a integração de políticas de cultura das esferas municipal, estadual e federal no âmbito do SNC.
5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena	Etapa nacional: 2 a 6 de dezembro, em Brasília/DF	<i>Subsistema de Atenção à Saúde Indígena e SUS: direito, acesso, diversidade e atenção diferenciada.</i>
6ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais	Etapa nacional: 3 a 5 de dezembro, em Brasília/DF	<i>2ª Geração de políticas para APLs: competitividade e sustentabilidade.</i> Ações de Formação e Capacitação; Governança e Cooperação; de acesso à Inovação Tecnológica e a Serviços de Crédito e Financiamento.
9ª Conferência Nacional de Assistência Social	Etapa nacional: 16 a 19 de dezembro, em Brasília/DF	<i>A gestão e o financiamento na efetivação do Sistema Único de Assistência Social (Suas).</i> Tendo como eixos: i) Cofinanciamento obrigatório da Assistência Social; ii) Gestão do Suas: Vigilância Socioassistencial, processos de planejamento, monitoramento e avaliação; iii) Gestão do Trabalho; iv) Gestão dos Serviços, Programas e Projetos; v) Gestão dos Benefícios no Suas; e vi) Regionalização.





Merece destaque a representação na Conferência Nacional de Igualdade Racial, cujas plenárias de segmentos de comunidades tradicionais contou com 150 representantes de comunidades quilombolas de 24 Estados; 160 representantes de Comunidades de Matriz Africana de todas as unidades da Federação e 220 representantes de povos ciganos de 18 Estados.

Para 2014, estão agendadas as seguintes conferências nacionais:

CONFERÊNCIAS PREVISTAS PARA 2014	ETAPA/ PREVISÃO DE DATAS/LOCAIS	TEMA CENTRAL
2ª Conferência Nacional de Educação	Etapa nacional: 17 a 21 de fevereiro, em Brasília/DF	<i>O PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação: participação popular; cooperação federativa e regime de colaboração.</i>
2ª Conferência Nacional de Defesa Civil	Etapa nacional: 27 a 30 de maio, em Brasília/DF	<i>Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil: um novo paradigma para o Estado brasileiro – Eixos: Gestão do risco de desastres; Integração de Políticas Públicas; Gestão do Conhecimento.</i>
3ª Conferência Nacional de Economia Solidária	Etapa nacional: 26 a 29 de novembro, em Brasília/DF	<i>Construindo um Plano Nacional de Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável.</i>

Ainda serão objeto de definição de data e escopo as conferências previstas para 2014: i) 1ª Conferência Nacional de Turismo; ii) 1ª Conferência Nacional de Defesa do Consumidor; iii) 4ª Conferência Brasileiros no Mundo; iv) 1ª Conferência Nacional de Previdência Social; v) 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca; vi) 4ª Conferência Nacional de Esporte; e vii) 2ª Conferência Nacional de Segurança Pública.

No âmbito das mesas de diálogo – instâncias de negociação entre a sociedade e o Governo com o objetivo de buscar o entendimento sobre os mais diferentes temas – destaca-se a *Mesa Nacional Permanente para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção*, instituída pelo Decreto de 1º de março de 2012, que acompanhou a instalação de 29 comissões de trabalhadores em canteiros de obras do País e que, atualmente, conta com 39 obras, 22 empresas signatárias beneficiando aproximadamente 135 mil trabalhadores. Na aprovação da Lei dos Portos, a mediação da *Mesa Nacional dos Portuários* garantiu, por meio do diálogo, os direitos da categoria e o entendimento entre todos os envolvidos.

A formulação da Política Nacional de Direitos dos Atingidos por Barragens (PNAB) vai ao encontro da disposição do Governo Federal de contemplar os direitos das pessoas atingidas por empreendimentos que envolvam a construção de barragens para geração hidrelétrica. Minuta da PNAB, dialogada com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), foi finalizada.

A *Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais*, instalada em 2012, é instância de articulação interministerial, cujo objetivo é aperfeiçoar as estratégias de acompanhamento, monitoramento e avaliação das respostas governamentais às demandas apresentadas pela sociedade civil. A Mesa é parte da estratégia do Plano de Ação do Brasil na Parceria para o Governo Aberto (OGP). Em 2013, foram encaminhadas mais de 582 demandas oriundas dos movimentos sociais a diferentes órgãos. Foram realizadas, ainda, mesas específicas para monitorar ações sobre as pautas do campo, dos movimentos urbanos e de direitos humanos, dos povos e comunidades tradicionais e movimentos extrativistas. Em 2014, pretende-se avançar no aperfeiçoamento de sua metodologia de funcionamento, incluindo a criação de painel de indicadores para o monitoramento





de quatro eixos: participação social, resultados parciais, resultados finais e eficácia. Também vem sendo utilizado o Sistema de Monitoramento das Demandas Sociais, o qual tem por base os relatórios de avaliação e monitoramento do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, congregando as respostas aos movimentos, entidades e organizações da sociedade civil com a execução das políticas públicas governamentais.

O Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC) articulou diversas ações do Governo Federal com vistas à inclusão social e econômica de catadores de materiais recicláveis. As duas principais ações advindas desta articulação foram o lançamento, em 31 de julho de 2013, do Cataforte III (Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias), articulando oito órgãos do Governo Federal com vistas a promover capacitação, assessoramento técnico e infraestrutura a empreendimentos de catadores de materiais recicláveis, em alinhamento com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Fruto deste processo, foram selecionadas 33 redes de empreendimentos de catadores que serão atendidas pelo Programa durante um período de três anos. Outra ação de destaque foi o Prêmio Pró-Catador, dado a Municípios que conceberam e executaram as melhores práticas de inclusão social e econômica de catadores de materiais recicláveis. Os prefeitos dos Municípios vencedores e catadores receberam o prêmio no Natal dos Catadores e da População de Rua com a Presidenta, em dezembro de 2013. Para 2014, o CIISC planeja implementar ações de inclusão social e econômica de catadores de materiais recicláveis, com especial atenção às áreas de encerramento de lixões, com ênfase na formação e estruturação de associações e cooperativas.

Em 2013, teve continuidade o processo de regulamentação dos procedimentos de consulta prévia, conforme estabelecido na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Essa Convenção compõe um conjunto de normas e instrumentos internacionais de defesa dos direitos dos povos indígenas e tribais, juntamente com a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas, os Pactos Internacionais dos Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. A referida Convenção foi incorporada à legislação brasileira em 2003, somando-se aos princípios e garantias já previstos na Constituição Federal de 1988. A Convenção assegura, entre outros, o direito dos povos interessados, indígenas e tribais, de serem consultados antes da tomada de decisão sobre medidas legislativas, como projetos de lei e outros atos normativos, ou medidas administrativas, como a instalação de obras, projetos de desenvolvimento e outras medidas executivas que possam afetar seus modos de vida de forma significativa. Além dos povos indígenas, também são reconhecidas como sujeitos de direito da Convenção 169 no Brasil as comunidades quilombolas.

No âmbito da regulamentação dessa Convenção, foram realizadas nove reuniões informativas com comunidades quilombolas de todo o Brasil, com a participação de cerca de 530 representantes de comunidades de 24 Estados em que residem remanescentes de quilombos. Ademais, o conteúdo da Convenção 169, traduzido para as línguas ticuna, terena e guarani, foi levado, por meio de momentos informativos, a pelo menos 14 diferentes encontros, entre reuniões de comissões e oficinas com jovens indígenas, e duas outras reuniões inteiramente dedicadas ao assunto (Parque do Xingu e Alto Solimões). Como próximos passos, para 2014 espera-se a conclusão do processo com a pactuação de pelo menos mais três reuniões macrorregionais com os povos indígenas, além dos encontros devolutivos com as entidades representativas das comunidades quilombolas e comunidades tradicionais.

No que diz respeito aos procedimentos de regularização fundiária das terras indígenas, foi concluída com êxito, no início de 2013, a desintrusão da Terra Indígena *Maraiwatsede*, no Município de Alto Boa Vista/MT, beneficiando cerca de mil indígenas do Povo Xavante. Para a realização dessa atividade, o Governo garantiu um processo pacífico, assegurando os direitos territoriais dos povos indígenas e o reassentamento dos ocupantes não indígenas com perfil de reforma agrária. Durante o processo, foram feitos diálogos com as entidades sociais da região e sindicatos dos trabalhadores rurais com o





Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), definindo as áreas de assentamento rural e urbano para onde os ocupantes com perfil de reforma agrária poderiam ser transferidos. O sucesso da experiência trouxe subsídios para próximos processos de desinstituição a serem realizados. Merece destaque, ainda, a homologação da Terra Indígena *Kayabi*, nos Estados de Mato Grosso e Pará, e a construção de um novo e bem equipado posto de saúde para esta comunidade. É importante ainda lembrar os esforços do Governo Federal para, a partir do diálogo entre os diversos atores envolvidos, solucionar a questão fundiária dos Guarani e Terena, no Estado do Mato Grosso do Sul.

b) Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A implantação de políticas públicas assertivas, a participação social e o envolvimento de prefeituras têm ajudado o Brasil a ter sucesso no cumprimento dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Sob o foco dos Objetivos do Milênio, foi lançada a Agenda de Compromissos dos ODM – Governo Federal e Municípios – 2013/2016. Mais abrangente do que o compromisso de cumprimento dos ODM, cujo prazo é 2015, a Agenda de Compromissos apresenta um pacto entre o Governo Federal e os Municípios para a execução de ações que possam melhorar a vida da população e contribuir para avaliar o impacto das políticas públicas no território.

O Prêmio ODM Brasil, que vai contemplar 30 práticas de organizações sociais e de prefeituras, terá sua 5ª edição em 2014 – coroando iniciativas exitosas já implantadas. Com o fortalecimento dos ODM nas cidades e com a participação social, o Brasil se prepara para entrar em uma nova era, preconizada pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), que estão sendo discutidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Será também elaborado o *5º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*, destacando as ações adotadas nas áreas de combate à pobreza, melhoria na educação, igualdade de gênero, queda nos índices de mortalidade infantil, saúde materna, combate à Aids, malária e outras doenças, sustentabilidade ambiental e parceria global para o seu cumprimento e os resultados alcançados.

c) Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

O ano de 2013 marcou uma década de atuação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) em prol do desenvolvimento brasileiro, mediante a participação social e o diálogo entre o Governo e sociedade. Nesse período, o CDES assessorou a Presidência da República em temas importantes da agenda nacional e internacional e contribuiu para a implementação de projetos relevantes para o País. Além disso, retomou o debate do tema do desenvolvimento, em suas múltiplas dimensões – econômica, social, cultural e ambiental, tendo como foco o longo prazo.

Para celebrar os dez anos, o CDES promoveu o Seminário Internacional sobre Desenvolvimento e sediou a Oficina da Rede de Conselhos Econômicos e Sociais da América Latina e do Caribe (Cesalc). Na ocasião, debateu-se o contexto das novas transformações brasileiras e os pactos propostos para viabilizá-las, quais sejam: responsabilidade fiscal, reforma política, saúde, transporte público, educação, investimentos e acompanhamento dos grandes eventos.

Em 2013, o CDES manteve o empenho em compartilhar a experiência de diálogo e em fortalecer laços com órgãos similares. Com esse objetivo, participou do 2º Encontro dos Conselhos Econômicos e Sociais Brasileiros, que discutiu a participação popular





e cidadã na gestão pública, bem como a necessidade de desenvolver métodos eficazes para acompanhar as recomendações emitidas pela sociedade. No cenário internacional, apoiou e participou de atividades como a VI Cúpula Brasil-União Europeia, Oficinas no Programa EUROsocial, o *workshop* O Impacto dos Conselhos Econômicos e Sociais na região da América Latina e do Caribe e o encontro internacional da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (Aicesis). Por fim, priorizou o fortalecimento da construção da cooperação continental por meio da Cesalc.

3. Relações Institucionais

a) Agenda Legislativa

A produção legislativa de 2013 contabiliza a conversão em lei de 32 medidas provisórias, a sanção de 27 projetos de lei de autoria do Poder Executivo e a confirmação de 67 autoridades indicadas pelo Poder Executivo, além da aprovação de cinco acordos internacionais.

Na área social, entendida em sentido amplo e compreendendo, desse modo, as áreas de saúde e educação, o Plano Brasil Carinhoso, instituído pela Lei nº 12.817, de 5 de junho de 2013, ampliou o número de famílias alcançadas pelo Programa Bolsa Família, para superação da extrema pobreza. Outra importante medida dirigida principalmente aos segmentos mais vulneráveis da população foi a desoneração tributária dos produtos que compõem a cesta básica, determinada pela Lei nº 12.839, de 9 de julho de 2013, que reduziu a zero as alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno dos produtos integrantes da cesta básica e sobre a importação destes produtos.

O segundo semestre de 2013 trouxe iniciativas ainda mais significativas para a área social. A Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, estabeleceu os percentuais da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural a serem aplicados pelos entes federados – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – nas áreas de educação (75%) e na saúde (25%). O Congresso aprovou o Minha Casa Melhor, autorizando, por meio da Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, o financiamento pela Caixa Econômica Federal (Caixa) de bens de consumo duráveis, inclusive bens de tecnologia assistiva, para os participantes do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Outro aspecto dessa lei a ser destacado foi a simplificação do processo de certificação de entidades beneficentes de assistência social sem fins lucrativos, que prestam serviços nas áreas de educação, saúde ou assistência social.

No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Congresso aprovou o Programa Mais Médicos, um conjunto de ações lançado pelo Governo Federal em resposta à demanda social pela oferta de serviços públicos nas regiões periféricas das grandes cidades e no interior do País. A Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, tratou das dívidas das entidades de saúde privadas filantrópicas e das entidades de saúde sem fins lucrativos, em grave situação econômico-financeira, garantindo a prestação de serviços no âmbito do SUS.

Com relação a medidas voltadas à agricultura familiar, destacam-se a Lei nº 12.806, de 7 de maio de 2013, e a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, que ampliaram o valor do Benefício Garantia-Safra, concedido a agricultores familiares afetados pela seca, e o valor do Auxílio Emergencial Financeiro, destinado a famílias de baixa renda situadas em Municípios atingidos por desastres naturais. A preocupação com a situação dos produtores do semiárido nordestino permeia ainda a citada Lei nº 12.844, de 2013, que, alterada pela Lei nº 12.872, de 24 de outubro de 2013, autorizou a criação de linhas de crédito para renegociação das dívidas de agricultores situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a concessão de desconto para liquidação dessas dívidas.





Outras medidas voltadas à agricultura foram aprovadas pelo Congresso Nacional, como a Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013, que autorizou a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o financiamento de capital de giro e de investimentos em capital fixo a agricultores de Municípios atingidos por desastres naturais.

Especificamente em relação aos produtores de cana-de-açúcar e de seus derivados, sobressaem a Lei nº 12.859, de 10 de setembro de 2013, e a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013. A primeira estabeleceu a geração de crédito presumido para produtores de álcool, descontado do PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente da venda do produto no mercado interno. A segunda, por seu turno, autorizou a concessão de subvenção aos produtores de cana-de-açúcar e de etanol afetados pela seca no Nordeste.

As áreas de infraestrutura e logística ocuparam também lugar de destaque na agenda do Governo e na produção legislativa do ano. A Lei nº 12.814, de 16 de maio de 2013, autorizou a concessão de subvenção ao BNDES, com vistas ao financiamento de obras em rodovias e ferrovias e de investimentos em bens de capital, com o objetivo de estimular a competitividade da indústria brasileira por meio da modernização do parque industrial e do incentivo à inovação tecnológica.

A Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, estabeleceu, por sua vez, novo marco regulatório para o setor portuário, aprimorando o arranjo institucional do setor e disciplinando a exploração das instalações portuárias. Os aeroportos foram igualmente objeto de inovações legislativas e aqui se faz referência específica à Lei nº 12.833, de 2013, que autorizou a utilização de recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) para modernização, construção, ampliação ou reforma de aeroportos públicos, com aplicação do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) para aquisição de bens e contratação das obras e serviços de engenharia. Há de se registrar também a Lei nº 12.873, de 2013, que autorizou a concessão de subvenção ao BNDES para o financiamento de investimentos no sistema nacional de armazenagem de grãos.

Com relação à ordem econômica e ao sistema financeiro, destacam-se as seguintes leis sancionadas no decorrer de 2013: i) a Lei nº 12.792, de 28 de março de 2013, que criou a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, vinculada à Presidência da República, com atribuições relacionadas à formulação de políticas de apoio à microempresa, à empresa de pequeno porte e ao segmento do artesanato; ii) a Lei nº 12.832, de 20 de junho de 2013, que alterou o regime de tributação dos valores recebidos a título de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, tornando-o mais benéfico para os trabalhadores; iii) a Lei nº 12.838, de 9 de julho de 2013, que alterou as estruturas de capital das instituições financeiras em atendimento aos requisitos de risco e liquidez estabelecidos pelos Acordos de Basileia III; e iv) a Lei nº 12.865, de 2013, que incluiu a regulação de setores de serviços de pagamento, principalmente cartões e meios eletrônicos de pagamento, entre as atribuições do Banco Central do Brasil.

A produção legislativa do ano de 2013 concorreu ainda para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios recebessem auxílio da União, nos termos da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, e da Lei nº 12.859, de 10 de setembro 2013. A primeira estabeleceu o parcelamento de débitos dos entes, de suas autarquias e fundações públicas, relativos a contribuições previdenciárias, enquanto a segunda concedeu auxílio financeiro aos Municípios, para incentivar a melhoria da qualidade dos serviços públicos municipais.

Finalmente, o Congresso aprovou duas leis que fazem parte da agenda legislativa do Executivo voltada à integridade da administração pública: a Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, que definiu as situações que configuram conflito de





interesses durante e após o exercício de cargo ou emprego no Poder Executivo Federal, regulando, inclusive, as competências para fiscalização, avaliação e prevenção desses conflitos; e a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que possibilitou a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública.

No tocante às matérias para o ano de 2014, foram identificadas como prioritárias: i) o Projeto de Lei nº 2.126, de 2011, denominado Marco Civil da Internet; ii) a Proposta de Emenda à Constituição nº 197, de 2012, que modifica a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias incidentes sobre operações de comércio eletrônico; iii) o Projeto de Lei nº 6.025, de 2005, que institui o novo Código de Processo Civil; iv) o Projeto de Lei nº 6.738, de 2013, que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos promovidos no âmbito da administração pública federal; e v) o Projeto de Lei do Senado nº 649, de 2011, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as entidades privadas sem fins lucrativos. Também deverão merecer atenção especial a Proposta de Emenda à Constituição nº 57-A, de 1999, que fortalece os mecanismos de combate ao trabalho escravo; e o Projeto de Lei nº 5.013, de 2013, que dispõe sobre normas gerais associadas à instalação de infraestrutura de telecomunicações no País.

b) Articulação Federativa

Nas últimas eleições houve renovação de 72% dos gestores municipais. Uma mudança profunda no perfil de prefeitos que colocou na ordem do dia um conjunto de desafios relacionados à capacitação, à assistência técnica e, em especial, à ambientação dos novos dirigentes com os parceiros institucionais da Federação.

Com a posse dos eleitos, em janeiro de 2013, o Governo Federal buscou aprimorar sua interlocução com os novos dirigentes municipais por meio do Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, realizado no período de 28 a 30 de janeiro, em Brasília/DF, sob o lema *Municípios fortes, Brasil sustentável*. O Encontro reuniu representantes de mais de cinco mil Municípios, em um total de 17 mil participantes, para incentivar parcerias voltadas à promoção do crescimento econômico do País com inclusão social, equilíbrio ambiental e participação cidadã.

Na oportunidade, foram apresentados os programas prioritários do Governo Federal, executados em parceria com os governos municipais, como o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), os programas voltados à prevenção de desastres naturais, além de iniciativas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Aquisição de Máquinas e Equipamentos. Também foram apresentadas boas práticas de Municípios e consórcios intermunicipais, e oferecidas oficinas técnicas sobre o sistema de convênios e contratos de repasse, bem como de outros instrumentos de modernização administrativa.

Destaque-se também no evento a ampla divulgação do Portal Federativo, que registrou aumento de 132,4% no número de visitas – de 39,9 mil acessos em 2012 para 92,8 mil acessos em 2013 –, demonstrando um contínuo avanço na comunicação digital entre o Governo Federal, os Estados e os Municípios. As informações publicadas no portal também foram compartilhadas nas redes sociais, com mais 28 mil seguidores, reforçando o compromisso com a inovação e o aperfeiçoamento das relações federativas.

Em continuidade ao apoio oferecido aos Municípios durante o Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, o Governo Federal, em parceria com governos estaduais e associações municipais, promoveu encontros com prefeitos nos 26 Estados.





Os encontros reuniram mais de 30 mil pessoas, das quais quatro mil prefeitos. Para cada Estado, foi organizada uma programação alinhada às necessidades regionais. Os participantes também contaram com oficinas de capacitação técnica e salas de atendimento individualizado por Município, que perfizeram quase 30 mil atendimentos nos 26 Estados.

Por ocasião dos encontros estaduais de prefeitos, foram ainda organizados os fóruns dos gestores federais nos Estados, com o objetivo de ampliar os espaços de debate e cooperação entre os órgãos federais no que diz respeito ao atendimento das demandas dos Estados e Municípios. Em 2013, foram instalados 27 Fóruns dos Gestores Federais, um para cada Estado e para o Distrito Federal.

Destaque-se ainda, em 2013, a participação na XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, organizada pela Confederação Nacional dos Municípios, com o apoio da Frente Nacional de Prefeitos, durante a qual o Governo Federal anunciou, dentre outras iniciativas, o repasse aos Municípios de auxílio financeiro no valor de R\$ 3 bilhões, em duas parcelas, sendo a primeira para setembro de 2013 e a segunda, para abril de 2014.

No campo da cooperação técnica internacional, deu-se início à execução dos quatro projetos de cooperação entre cidades brasileiras e suas contrapartes de países em desenvolvimento, selecionados em 2012, na chamada pública realizada na modalidade Sul-Sul. Os projetos e as respectivas cidades envolvidas, que contam com o financiamento do Governo Federal até o final de 2014, são: i) *Colaborando com a construção de uma cidade de sonho*, Xai-Xai (Moçambique) – Vitória (Brasil); ii) *Cidades “espertas” na América Latina: desenvolvimento integrado de serviços de atendimento ao cidadão*, Rosário (Argentina) – Curitiba (Brasil); iii) *Resgate e Valorização do Patrimônio Cultural Fronteiriço*, Cerro Largo (Uruguai) – Bagé (Brasil); e iv) *Apoio técnico para estruturação do observatório de segurança cidadã e violências do município*, Morón (Argentina) – Canoas (Brasil).

Em abril de 2013, foram lançadas as Agendas de Desenvolvimento Territorial (ADTs), que visam à articulação dos PPAs Federal, estaduais e municipais de forma que as visões estratégicas, os objetivos e as metas desses planos sejam convergentes. O objetivo das Agendas é potencializar os impactos positivos das intervenções públicas e a parceria entre os entes federados a fim de influenciar novos ciclos de investimento que contribuam para a redução das desigualdades sociais e regionais de forma ampla e coordenada. Ao todo, o Programa conta com a adesão do Distrito Federal e mais 20 Estados.

Em apoio à elaboração e gestão de Planos Plurianuais Regionais Participativos, em outubro de 2013, foi firmado acordo de cooperação técnica entre o Governo Federal e a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) para a transferência de tecnologia e conhecimento. Com a cooperação, pretende-se alcançar até 30 consórcios intermunicipais multifinalitários do País, até junho de 2014. Desses, o Plano Plurianual Regional Participativo 2014-2017, que vai orientar a atuação do Consórcio Intermunicipal Grande ABC nos próximos quatro anos, foi lançado em dezembro de 2013.



